



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 039/2020

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2020

MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 1 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”:

DIA: 08/06/2020

HORA: 13:00 horas.

LOCAL: Avenida Antônio Esteves Ribeiro – 340 – Centro – CEP: 36.784-000 – Dona Euzébia - MG.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 “PROPOSTA”

DIA: 08/06/2020

HORA: Após a fase de habilitação, havendo renúncia ao prazo recursal, ou em outra data a ser marcada pela CPL.

LOCAL: Avenida Antônio Esteves Ribeiro – 340 – Centro – CEP: 36.784-000 – Dona Euzébia - MG.

I – PREÂMBULO:

1.1 – O Município de Dona torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente, a Tomada de Preços nº 008/2020, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações e da Lei Complementar nº. 123/2006, bem como o presente Edital e suas especificações.

TIPO Técnica e Preço.

II - DO OBJETO

2.1. Contratação de Sociedade de sociedade de advogados especializada em serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica, especialmente, para prestar assessoria jurídica em todas as áreas de atividade do Poder Público municipal, judicial e extrajudicialmente, sugerir e recomendar providências para resguardar os interesses e dar segurança aos atos e decisões da Administração; Acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para bem curar os interesses da Administração, Acompanhar processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado quando haja interesse da Administração municipal; Analisar os contratos firmados pelo município, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros e elaborar pareceres sempre que solicitado, principalmente.

III – DO CADASTRO

3.1. Conforme prescreve o § 2º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o licitante interessado deverá requerer seu cadastro das 11:00 às 16:00 , na Prefeitura Municipal de Dona Euzébia – Setor de Licitações, situado na Avenida Antônio Esteves Ribeiro, 340 - Centro, anexando cópias legíveis dos documentos autenticados, conforme artigo 32 da Lei acima mencionada.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

3.2. O Licitante deverá estar devidamente cadastrado até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

3.3. As empresas interessadas em participar da licitação deverão apresentar a documentação para cadastro conforme artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o item acima citado.

IV- ENTREGA DE ENVELOPES PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

Os envelopes para habilitação e propostas deverão ser entregues pelos proponentes no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, na Avenida Antônio Esteves Ribeiro, 340 - Centro, até às 11:30 horas do dia 08 de junho de 2020.

V - ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. Às 13:00 horas do dia 08 de junho de 2020, a Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á, em sessão pública, para abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas de cada licitante.

5.2. Inicialmente, será aberto o envelope contendo a documentação para habilitação.

5.3. Logo em seguida, não havendo a ocorrência de recurso contra a decisão da Comissão de Licitação que habilite ou inabilite qualquer licitante, serão abertos os envelopes contendo as propostas de técnica e preço.

VI - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação as Proponentes que atenderem às condições previstas neste Edital e apresentarem os documentos nele exigidos.

6.2. O Município de Dona Euzébia não poderá descumprir as normas do Edital, a que se acha estritamente vinculada.

6.5. As sociedades poderão ser representadas durante o certame por procurador, preposto ou sócio administrador, legalmente habilitado, desde que seja entregue à Comissão de Licitação, no início da referida sessão, o instrumento de procuração com a firma do outorgante reconhecida (Anexo II). No caso do representante ser sócio ou contratualmente habilitado a representar a empresa, deverá ser apresentado documento de identidade e cópia do contrato social com a última alteração da constituição da empresa.

6.6. Somente os representantes identificados na forma do item 6.5 presentes na sala de reunião, poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. As demais pessoas presentes, à exceção dos membros da Comissão, não poderão se manifestar.

6.7. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

VII - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

7.1. Para participar da presente licitação, a licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, 03 (três) envelopes, fechados e rubricados nos fechos, contendo em sua parte externa e frontal o seguinte:

ENVELOPE Nº 01



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EUZÉBIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITANTE: RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO COMPLETO, CNPJ, E-MAIL E TELEFONE.
REF: TP 008/2020 - DOCUMENTAÇÃO

ENVELOPE Nº 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EUZÉBIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITANTE: RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO COMPLETO, CNPJ, E-MAIL E TELEFONE.
REF: TP 008/2020 – PROPOSTA TÉCNICA

ENVELOPE Nº 03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EUZÉBIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITANTE: RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO COMPLETO, CNPJ, E-MAIL E TELEFONE.
REF: TP 008/2020 – PROPOSTA DE PREÇOS

7.2. No envelope Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO - a licitante deverá apresentar a documentação em original ou em cópia autenticada (caso a empresa deseje autenticar seus documentos na Prefeitura, poderá fazer até o momento anterior à abertura dos envelopes), devendo a documentação ser apresentada conforme sequência abaixo, com as folhas devidamente numeradas:

7.2.1.CRC – Certificado de Registro Cadastral, atualizado.

7.2.2. Declaração, referente ao Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e se refere ao cumprimento da exigência de que trata o inciso V do art. 27 da Lei Federal 8666/93. (Anexo V).

7.2.3. Ato constitutivo em vigor, devidamente registrados e últimas alterações contratuais.

7.2.3.1. Registro da sociedade licitante na Ordem dos Advogados do Brasil- OAB;

7.2.6. Prova de inscrição de cada um dos componentes da equipe na respectiva entidade profissional competente;

7.2.7. Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público demonstrando ter executado serviços em características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto desta licitação.

7.2.9. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja data de expedição não anteceda em mais de 30 (trinta) dias da data da abertura dos envelopes.

7.2.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.11. Certidão de quitação para com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

7.2.12. Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (de acordo com os termos do artigo 2º do Decreto Federal nº 5.512/2005)

7.2.13. Certidão de Regularidade de Situação com o FGTS, de acordo com a instrução contida na circular 229 de 21/11/2001, da Caixa Econômica Federal.

7.2.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, regulamentada pela Lei Federal nº 12.440 de 07/07/2011.

7.3. - **No envelope nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA** - deverá conter em seu interior, obrigatoriamente e sob pena de desclassificação da licitante, o seguinte:

7.3.1 - A proposta técnica deverá ser elaborada em estrita observância das condições indicadas neste edital, devendo ser assinada pelo representante legal do proponente. Deverá ser acondicionada e apresentada em envelope próprio, preferencialmente em papel tamanho A4, em língua portuguesa, sem emendas, ressalvas ou rasuras. A proposta técnica deverá conter os elementos necessários à avaliação da capacitação e qualificação do proponente para a execução do objeto desta licitação.

7.3.2 - A proposta deverá ser apresentada conforme modelo da proposta técnica, constante no Anexo IV deste Edital, datada e assinada pelo representante legal ou procurador do proponente, e acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestados, certidões ou declarações comprobatórias de experiência profissional do proponente ou de seus agentes sócios, na prestação de serviços de assessoria jurídica para Prefeituras e outros órgãos da administração direta e indireta municipal.

b) Curriculum profissional dos membros da equipe a ser disponibilizada para a prestação de serviços.

7.3.3 – Os documentos comprobatórios a serem juntados na proposta técnica deverão ser numerados individual e sequencialmente, a fim de permitir a sua identificação no mapa de apuração de pontuação.

7.3.4 – Na elaboração da Proposta Técnica o proponente deverá confrontar os documentos apresentados em sua proposta com os quesitos da Planilha de Critérios de Pontuação – Anexo VIII, assinalando na coluna correspondente da Proposta Técnica a pontuação a que considera fazer jus, bem como os números de ordem dos documentos que permitam aferir a pontuação pretendida, integrantes de sua proposta.

7.3.5 - Os documentos e anexos integrantes da proposta técnica deverão rubricados por representante legal do proponente ou por pessoa que detenha poderes contratuais de representação da sociedade, devidamente acompanhando do documento que comprove essa condição.

7.4. No envelope nº 03 – **PROPOSTA DE PREÇOS** - deverá conter em seu interior, obrigatoriamente e sob pena de desclassificação da licitante, o seguinte:

7.4.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma única via, datilografada ou impressa, em papel da empresa, com razão social, endereço e CNPJ da empresa, com indicação do nº desta modalidade, sem emendas ou rasuras, com todas as folhas rubricadas, contendo a assinatura do representante legal.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

7.4.2 - As propostas deverão indicar claramente:

7.4.2.1. - Nome (empresa ou pessoa física) e endereço; nome e identificação do responsável legal; número do CNPJ; número da inscrição estadual e telefone;

OBS.: Serão aceitas como tal as informações contidas no impresso da empresa ou no carimbo, devendo ser complementadas as que faltarem.

7.4.1.2. - Preço total em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

7.4.1.3. - Validade das propostas, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada para entrega dos envelopes;

7.5. - Nos preços propostos deverão ser computados o transporte de qualquer natureza, administração, encargos sociais e fiscais, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto desta licitação.

7.6. - Toda e qualquer Proposta que contenha ressalvas ou esteja em desacordo com as prescrições legais e as constantes deste Edital, poderá ser sumariamente eliminada.

7.7. - Demais elementos exigidos nos Anexos deste Edital.

VIII – DOS PRAZOS

8.1. Na Contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

8.2. Os prazos iniciam-se e vencem em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

8.3. As propostas terão obrigatoriamente de conter o prazo de sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

8.4. As propostas que omitirem o prazo de validade ou indicarem prazo de validade inferior ao previsto no subitem anterior serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.

8.5. Alterações ou cancelamento das propostas deverão ser feitos, por escrito, antes da data fixada para o seu recebimento, não sendo admitidos após esta data.

8.6. O Município de Dona Euzébia convocará a vencedora para a assinatura do Contrato, que deverá se dar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

8.7. A Prefeitura de Dona Euzébia, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas, convocará os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório ou revogar a licitação independentemente da comunicação prevista no artigo 81, da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

8.8. Na hipótese do Município de Dona Euzébia não assinar o Contrato com a vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas.

8.9. Os Licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital deverão formalizá-las por escrito e protocolizar no Setor de Licitações.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

8.10. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que originaram a desclassificação.

IX - DO JULGAMENTO

9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

9.1 - A proposta técnica será avaliada de acordo com os critérios de experiência do licitante e qualificação dos profissionais indicados. A avaliação será realizada de acordo com critérios objetivos, atribuindo-se notas aos quesitos a ela pertinentes.

9.2 - A determinação da pontuação técnica de cada proposta será feita em conformidade com os critérios e parâmetros de avaliação estabelecidos no Anexo VIII, através do somatório das notas dadas aos quesitos da Proposta Técnica.

9.3 - Será atribuída nota 10 (dez) à Proposta Técnica que houver obtido o maior número de pontos, atribuindo-se às demais Propostas Técnicas notas diretamente proporcionais à sua classificação, por pontos, em relação à Proposta que recebeu nota 10 (dez), de acordo com a seguinte fórmula:

$PTT = 10 \times (NPT_i / NPT_o)$, onde: PTT = Pontuação Técnica Total da proposta em exame, para efeito de sua classificação; NPT i = Nota da Proposta Técnica em exame, obtida na forma do Anexo X; e NPT o = Nota da melhor Proposta Técnica, obtida na forma do Anexo X.

9.4 - Serão desclassificadas as propostas técnicas que não obtiverem o mínimo de 60% (cinquenta por cento) da nota total máxima na proposta técnica anexo IX2.

9.5 - O resultado individual da análise das propostas técnicas constará de mapas de apuração de pontuação, preenchidos pela Comissão de Licitação, e o resultado geral constará da Ata de Julgamento e será publicado no quadro de avisos do MUNICÍPIO, para ciência dos licitantes. Os licitantes presentes ao ato em que for proferida a decisão considerar-se-ão automaticamente notificados.

9.6 - A partir da notificação ou da publicação, nos termos do item anterior, abrir-se-á o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos nos termos da Lei nº 8666/93, salvo se todos os proponentes renunciarem ao prazo para recurso.

X - DA APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 - Será(ão) considerado(s) classificado(s) o(s) proponente(s) que atender(em) todas as condições exigidas nos itens anteriores

10.2 - Será desclassificada a proposta que não atender às exigências deste edital, que seja vinculada a outra proposta, que contenha qualquer cláusula condicionante para a execução dos serviços ou que apresentar valor manifestamente inexecutável.

10.3 - Se houver divergência entre o valor numérico da proposta e o grafado por extenso, este prevalecerá.

10.4 - Será atribuída nota 10 (dez) a proposta de preço de menor preço mensal para a execução dos serviços, atribuindo-se às demais propostas comerciais notas inversamente proporcionais à sua



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

classificação, por preço, em relação a proposta que recebeu nota 10 (dez), de acordo com a seguinte fórmula:

$PCT = 10 \times (Po/Pi)$, onde:

PCT = Pontuação Comercial Total da proposta em exame, para efeito de sua classificação. Po = Menor preço entre as propostas comerciais classificadas, e Pi = Preço da proposta comercial em exame.

10.5 - Os preços ofertados não poderão ser superiores aos normalmente praticados pela licitante.

10.6 - Não serão aceitas propostas que apresentem vantagens não previstas neste Edital, ou ainda, aquelas que ofereçam preços ou vantagens baseadas em ofertas de outras licitantes.

XI - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1 – Sendo a presente licitação do tipo Tomada de preço – Técnica e Preço, a Comissão de Licitação fará a avaliação da documentação e o julgamento das propostas técnica e comercial em duas fases:

1ª fase: julgamento da proposta técnica

2ª fase: julgamento da proposta de preços

11.2 – As propostas dos licitantes habilitados serão julgadas pela Comissão de Licitação adotando-se o peso 5 para a nota técnica e peso 5 para a proposta comercial.

11.3 - No julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação levará em consideração exclusivamente os critérios estabelecidos neste edital, sendo-lhe vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

11.4 - Será declarado classificado em primeiro lugar (e assim sucessivamente) o proponente que obtiver a maior pontuação final, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$NCF = [(5 \times PTT) + (5 \times PCT)] / 10$$

Onde

NCF = Nota da classificação final

PTT = Pontuação técnica total, apurada na forma da cláusula 9.3.

PCT = Pontuação Comercial total, apurada na forma da cláusula 10.4.

11.5 - Os cálculos serão realizados até a quarta casa decimal, desprezando-se frações menores.

11.6 - À Comissão de Licitação fica reservado o direito de:

a) estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo a reunião em decorrência de fato superveniente;

b) convocar pessoas habilitadas para auxiliar no julgamento das propostas técnicas;

c) promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; e,



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

d) rejeitar qualquer proposta, mediante decisão fundamentada.

11.7 - No caso de empate da pontuação final entre duas ou mais propostas, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para definição da empresa vencedora e demais classificadas (caso sejam mais de duas das empatadas). O sorteio será promovido em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

XII - ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 - No local, data e horário especificado no item IV deste Edital serão abertos os envelopes de Documentação, em reunião pública, de prévia ciência das licitantes.

12.2 - Serão julgadas inabilitadas as licitantes que deixarem de atender às exigências de habilitação contidas neste Edital e em seus anexos, ou cujos documentos estejam com prazo de validade expirado.

12.3 - A ocorrência de fato superveniente que possa acarretar a inabilitação da licitante deverá ser comunicada à Comissão, no momento que ocorrer.

12.4 - O resultado da Habilitação será comunicado na reunião de julgamento.

12.5 - A inabilitação da licitante importa em preclusão do direito de participar das fases seguintes.

12.6 - Na mesma sessão inicial poderão ser abertos os envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, ressalvando o disposto no subitem 12.7, abaixo, desde que haja desistência expressa de recurso por parte de todas as licitantes.

12.7 - Havendo manifestação por parte de qualquer licitante no sentido de apresentar recurso, a Comissão Permanente de Licitações consignará, em ata, a referida manifestação e, observados os prazos para recursos, designará, posteriormente, a data de abertura das "Propostas", dando prévia ciência às licitantes.

12.8 - Decididos os recursos interpostos ou, ainda, decorrido o prazo legal para sua interposição, a Comissão devolverá às licitantes julgadas inabilitadas os envelopes da "Proposta", inviolados, podendo, todavia, retê-los até o final do certame.

12.9 - No caso de inabilitação de todos os interessados ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitações poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, conforme disposto no § 3º do Art. 48 da Lei 8.666/93, com redução da Lei 9.648/98.

XIII - ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1 - Os envelopes da Proposta Comercial serão abertos em dia e horário a serem determinados pela Comissão Permanente de Licitações, em reunião pública, de prévia ciência das licitantes, esgotado o prazo de recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

13.2 - As propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão Permanente de Licitações, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes.

13.3 - Serão desclassificadas as Propostas apresentadas em desacordo com o presente Edital e seus anexos, ou que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

13.4 - A presente licitação será julgada em função do tipo “TÉCNICA E PREÇO”, classificando-se em primeiro lugar a licitante cuja proposta estiver de acordo com as especificações do Edital e Anexos.

13.5 - A omissão voluntária ou involuntária do prazo de validade da proposta poderá ser considerada e aceita pela Comissão como sendo o determinado neste Edital, dentro de seu limite mínimo.

13.6 - No julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitações poderá, a seu critério, solicitar assessoramento técnico a órgãos, comissões técnicas especializadas ou profissionais com formação acadêmica pertinente ao objeto licitado, de forma a fundamentar as decisões, podendo ainda, a seu critério, serem reservadas as reuniões de classificação e do julgamento das propostas.

13.7 - Não serão consideradas, para efeito de julgamento, quaisquer vantagens ou condições não previstas no presente Edital, ou preços baseados em ofertas de outras licitantes.

13.8 - Em caso de empate entre duas ou mais licitantes, o desempate dar-se-á por sorteio, obedecidas as disposições contidas no parágrafo 2o do art. 45 da Lei no 8.666/93 e suas alterações. O sorteio será realizado independentemente da presença das licitantes convocadas.

XIV - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

-14.2 - A proposta somente será desclassificada por preço inexequível se a licitante não demonstrar através de documentação apropriada, após regularmente intimado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a plena exequibilidade do ofertado, nos termos do inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.3 - Considerar-se-á preço manifestamente inexequível o que apresente valor zero, simbólico, irrisório ou incompatível com os preços de mercado, apurados na forma prevista nos §§ 1o e 2o do Art. 48 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

XV - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 - Os recursos administrativos referentes a esta licitação reger-se-ão pelas disposições contidas no art. 109 da Lei 8.666/93, e deverão ser dirigidos à CPL.

15.2 - Caso haja interposição de recurso, este será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3 - Ocorrendo renúncia expressa do direito de interpor recursos, decididos os eventualmente interpostos ou decorrido o prazo para sua interposição, a Comissão Permanente de Licitações passará à fase seguinte do certame.

15.4 - A autoridade que tiver praticado o ato recorrido poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do recurso ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para deferimento ou indeferimento, dentro do mesmo prazo citado.

XVI - HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.1 - Decorrido o prazo para apresentação de recurso contra o resultado do julgamento, nenhum tendo sido interposto ou julgados os que tenham sido postulados, a Comissão Permanente de Licitações submeterá seu resultado à aprovação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Dona Euzébia



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

16.2 - A Prefeitura Municipal de Dona Euzébia poderá, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente, suficiente para justificar o ato ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito sem que assista às licitantes direito de indenização.

XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 – Será firmado contrato com a licitante vencedora, de acordo com a minuta constante do ANEXO X e com as demais disposições contidas neste Edital, seus anexos e proposta da licitante vencedora, observadas, ainda, as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17.2 - Se a licitante vencedora, quando convocada, deixar de assinar o contrato, ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado a prorrogação, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, podendo a Administração optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93.

17.3 - O prazo de vigência do contrato será por 12 meses, podendo ser prorrogado, observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

XVIII - RESCISÃO DO CONTRATO

18.1 - Poderá ocorrer rescisão do contrato, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

XIX - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 - O pagamento do objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura em original.

19.2 - Para cumprimento do estipulado no subitem acima, no corpo da Nota Fiscal ou documento equivalente, deverá constar, obrigatoriamente, a informação do número da conta corrente / agência bancária e número do processo licitatório, que servirá de lastro para liquidação da despesa.

19.3 - Ocorrendo necessidade de providências complementares por parte da licitante vencedora, o decurso de prazo será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida a atualização monetária.

XX – DOS REAJUSTES

20.1 - Nos termos da legislação vigente, os valores contratuais sofrerão reajustes durante a sua vigência, observado o IGPM acumulado nos 12(doze) meses imediatamente anteriores ao primeiro período de vigência contratual.

XXI- DAS PENALIDADES

21.1 - A inexecução total ou parcial, ou a desistência na entrega do objeto desta TOMADA DE PREÇOS, acarretará à licitante as seguintes penalidades:

a) Advertência.

b) Multas nos seguintes percentuais:



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

b.1) Os primeiros 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da prestação de serviços, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação que rege a matéria.

b.2) A partir do 6º (sexto) dia, multa de 2% (dois por cento), também calculada sobre o valor da aquisição, conforme arts. 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal nos termos da Lei no 8.666/93 e a critério da Secretaria Municipal de Administração.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso anterior.

21.2 - Na aplicação das penalidades previstas nas letras acima, será facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XXII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.1.04.122.019.2.0006 – 339035 – Serviços de Consultoria

XXIII - VALOR MÁXIMO PARA A LICITAÇÃO

23.1. O valor máximo para os serviços objeto deste edital é de R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais), para o período de 12 meses.

XXIV - DOS ESCLARECIMENTOS

24.1. Os interessados que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação serão atendidos, durante o expediente da Prefeitura de Dona Euzébia/MG.

24.2. Caso os interessados desejem solicitar esclarecimentos por escrito, deverá protocolizá-lo, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no Setor de Licitações.

XXV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O Município de Dona Euzébia reserva-se ao direito de rejeitar as propostas apresentadas ou revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.

25.2. Das decisões da Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso no prazo estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

25.3. Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outro licitante.

25.4. A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhum dos licitantes.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

25.5. Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso.

25.6. As decisões da Comissão somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente ou seu representante legal.

25.7. O presente Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia.

25.8. Os casos omissos e dúvidas com relação a este edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, através de seu Presidente no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia.

XXVI -FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL:

Anexo I - Projeto Básico;

Anexo II - Modelo de Procuração;

Anexo III- Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV – Modelo Proposta Técnica;

Anexo V - Modelo de declaração de não emprego de menores;

Anexo VI- Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente;

Anexo VII– Relação de Pessoal técnico Especializado;

Anexo VIII – Planilha de critérios de pontuação;

Anexo IX – Orçamento estimativo;

Anexo X- Minuta de Contrato;

Anexo XI – Documentos necessários ao cadastro para participar da licitação.

Anexo XII - Declaração de Enquadramento como Microempresa.

Dona Euzébia, 04 de maio de 2020.

Manoel Franklin Rodrigues
Prefeito Municipal de Dona Euzébia



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020

O presente Edital está de acordo com as normas previstas na legislação vigente.

Dona Euzébia, 04 de maio de 2020

Fernanda Carolina Oliveira Costa
Assessoria Jurídica



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 - DO OBJETO:

Contratação de Sociedade de sociedade de advogados especializada em serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica, especialmente, para prestar assessoria jurídica em todas as áreas de atividade do Poder Público municipal, judicial e extrajudicialmente, sugerir e recomendar providências para resguardar os interesses e dar segurança aos atos e decisões da Administração;

Acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para bem curar os interesses da Administração, acompanhar processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado quando haja interesse da Administração municipal;

Analisar os contratos firmados pelo município, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros e elaborar pareceres sempre que solicitado, principalmente.

2 DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.1. O regime de execução é Menor Preço Por Empreitada Global.

2.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.3. A execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8666/93, deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

2.4. Os profissionais deverão ficar à disposição para atendimento remoto de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00h às 17:00h, bem como atendimento técnico in loco com três visitas semanais, na sede da Prefeitura, para sanar dúvidas e auxiliar os servidores do setor em suas atribuições.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. São de exclusiva obrigação da CONTRATADA:

- a) o perfeito cumprimento do serviço técnico especializado, com estrita observância das especificações contidas neste instrumento;
- b) manter durante toda a execução do presente as condições de habilitação e qualificação apresentadas na contratação;
- c) os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que forem devidos a sua equipe de trabalho no desempenho do serviço relativo ao presente, não transferindo à CONTRATANTE, em hipótese alguma, esses encargos.

3.2. São de exclusiva obrigação da CONTRATANTE:

- a) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- b) prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do serviço;
- c) efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- d) notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção, garantida à prévia defesa.

5 – DAS PENALIDADES



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

4.1. O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência deste Contrato, por parte da empresa CONTRATADA, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa.

5 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

5.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8666/93.

5.2. A rescisão contratual poderá ser dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei 8.666/93.

6 – DO PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. Prazo inicial: da data de sua assinatura por 12 meses.

6.2. Prorrogação do contrato visando à economicidade para a Prefeitura serão permitidas, observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a critério do Prefeito Municipal, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

7 – DO PAGAMENTO E REAJUSTE ANUAL

7.1. Os valores devidos pela prestação de serviços serão pagos mensalmente à empresa contratada, mediante a devida liquidação.

7.2. Data e critério de reajustes: o valor mensal dos serviços (conforme contrato) será reajustado, por apostila, após a vigência contratual de cada período de 12 (doze) meses a contar do início da vigência do primeiro contrato, mediante aplicação do índice de inflação apurado nos 12 meses anteriores pelo IGPM, ou outro índice que vier a substituí-lo.

8 – DO FUNDAMENTO LEGAL

8.1. Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações posteriores.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO II

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento _____ Empresa estabelecida em _____ à Rua/ _____ praça _____, com ato consecutivo (e/ou última alteração) registrado(s) sob nº _____, no(a) _____, por seu representante legal adiante assinado, Senhor _____, (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade, CPF) nomeia e constitui seu procurador _____, (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade, CPF), outorgando-lhe poderes “ad extra judicia” para fim específico de representação da citada outorgante, durante o processamento de procedimento licitatório instaurado sob modalidade de Tomada de Preços pela Prefeitura de Dona Euzébia- MG, no termos das respectivas condições constantes do Edital nº TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020, PROCESSO LICITATÓRIO n.º 039/2020, podendo referido procurador encaminhar e/ou apresentar documentos de habilitação e ou propostas, impugnar proposta, dar lances, assinar atas, interpor e subscrever recursos administrativos, firmar quaisquer documentos pertinentes à sobredita licitação, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, dando-se tudo por bom, firme e valioso.

Local, data.

ASSINATURA

(FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE)
(DOCUMENTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO)



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 039/2020

Modalidade: Tomada de preço N.º 008/2020

PROPONENTE			
Razão Social:			
Logradouro:	Nº	Bairro:	
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CNPJ:		Inscrição Estadual:	

Para execução dos serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica em licitações e contratos administrativos, conforme instrumento convocatório e anexos relativo à Licitação em referência, propomos o preço global mensal e anual, respectivamente, de:

R\$ _____ (_____) – **preço mensal** (valor por extenso)

R\$ _____ (_____) – **preço anual** (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA
A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias

Local :

Data:

DECLARAÇÃO	CARIMBO DO CNPJ
Declaro ter tomado conhecimento do instrumento convocatório relativo à licitação em referência, estar ciente dos critérios de julgamento do certame e do pagamento estabelecidos para remunerar a execução do objeto lícito.	
Assinatura:	
Nome:	
Cargo:	
Identidade:	
CPF:	



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2020

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Objeto: Contratação de Sociedade empresária especializada em serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica em licitações e contratos administrativos, conforme projeto básico Anexo I do Edital.

À Comissão Permanente de Licitações de Dona Euzébia – MG,

Após tomarmos conhecimento de todos os requisitos exigidos do Edital, apresentamos nossa proposta técnica objetivando concorrer a contratação dos serviços.

1 – Identificação dos profissionais da Equipe (exemplo):

Profissional 1:

Nome:

Vínculo:

Faculdade:

Tempo de exercício da profissão:

Tempo de experiência com a Administração Pública:

Inscrição OAB:

Especialização Acadêmica:

Profissional 2:

Nome:

Vínculo:

Faculdade:

Tempo de exercício da profissão:

Tempo de experiência com a Administração Pública:

Inscrição OAB:

Especialização Acadêmica:

Profissional 3:

Nome:

Vínculo:

Faculdade:

Tempo de exercício da profissão:

Tempo de experiência com a Administração Pública:

Inscrição OAB:

Especialização Acadêmica:

(...)

2 - Experiência dos profissionais integrantes da proponente:

2.1. Tempo de atividade da sociedade em serviços de Consultoria e/ou Assessoria em licitações e contratos administrativos para Administração Pública ou Privada, conforme comprovação em anexo (vide Anexo IX, item 2-I):



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Quesito I – Tempo de Atividade da Empresa :

Data início atividade	Tempo (anos completos):	Doc.	Pontos:

2.2. Relação dos atestados, declarações e certidões de serviços prestados pelo proponente e sua equipe técnica para órgãos públicos, conforme item 7.3.2-A do edital (vide Anexo VIII, item 2-II):

Quesito II - Experiência de Assessoria e Consultoria em Licitações e Contratos:

Órgão atendido:	Prestador:	Vínculo:	Período:	Doc.	Pontos:
SUB-TOTAL:	-	-	-	-	

3 - Capacitação da Equipe Técnica:

3.1. Identificação da capacitação acadêmica dos membros da equipe técnica, conforme conforme item 7.3.2-B do edital (vide Anexo VIII, item 2-III):

Quesito IV - Capacitação dos Profissionais da Equipe Técnica:

Nome do profissional:	Grau	Curso:	Doc.	Pontos:
SUB-TOTAL:				

_____, ____ de _____ de 2020.

(Nome completo representante legal)
(N.º do RG do representante legal)
(Assinatura do representante legal)



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 039/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N.º 008/2020

DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data.....

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa)_____, CNPJ _____, sediada____(endereço completo)_____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data não sofre os efeitos da declaração de inidoneidade, nem suspenso de participar em licitações promovidos por qualquer órgão governamental, da Administração Direta ou Indireta do Município de Dona Euzébia, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, comprometendo-se a informar ocorrências posteriores.

Local e data _____

(a) _____
(nome completo/ nº. RG/ assinatura do representante legal)



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO VII

RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO

Proponente:

CNPJ:

Proc. licitatório nº. 039/2020

Tomada de preço nº. 008/2020

Pelo presente declaramos ter disponibilidade do pessoal abaixo relacionado, com o compromisso de utilizá-lo na execução dos serviços e consultoria e assessoria jurídica em licitações e contratos administrativos para a contratante, durante o tempo que vigorar o contrato, caso nossa empresa seja vencedora do certame.

Nome do Profissional	Vínculo	Inscrição OAB

....., dede

.....

(nome completo representante legal/ nº. do RG/ assinatura



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO VIII

PLANILHA DE CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS:

A pontuação técnica de cada proposta será determinada pelo somatório das notas dos quesitos relacionados no quadro abaixo, cuja valoração foi previamente definida pela Prefeitura Municipal com base nas características particulares de cada quesito e face ao volume e variedade dos serviços a serem executados.

Na sequência deste anexo estão dispostas as planilhas contendo os elementos e características que servirão de parâmetro para o julgamento e a classificação das propostas, segundo a pontuação obtida pelo atendimento ou não de cada quesito.

A pontuação máxima estabelecida para efeito de avaliação da Proposta Técnica, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, é de 28 (vinte e oito) pontos.

A Nota da Proposta Técnica (NPT) corresponderá ao somatório dos quesitos avaliados com base na documentação apresentada por cada proponente, conforme abaixo:

$$NPT = I + II + III$$

2. CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA PONTUAÇÃO TÉCNICA:

Os quesitos a serem avaliados e respectivas valorações são os seguintes:

QUESITO	Nota máxima
I – Tempo de atividade em serviços correlatos por profissionais	20
II – Qualificação da equipe técnica	03
III – Tempo de atividade contenciosa pelo profissional, sócio, com inscrição mais antiga na OAB	05
TOTAL	28

I - Tempo de Atividade:

A pontuação será apurada a partir da data de efetivo início da atividade dos profissionais em serviços de Consultoria e/ou Assessoria para Administração Pública Municipal, constante dos documentos apresentados pela licitante, atribuindo-se a seguinte pontuação:

_ Acima de 20 anos de atividade:	20 pontos;
_ Acima de 10 até 20 anos:	15 pontos;
_ Acima de 5 até 10 anos	7 pontos;
_ De 1 a 5 anos:	03 pontos.

- a) A pontuação será apurada com base nos atestados ou declarações fornecidos, nos termos da cláusula 7.3.2, item “c”, deste edital.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

b) Na verificação dos atestados, a comissão atentará para a identidade entre os serviços declarados e os serviços objeto da presente licitação (vide listagem constante do item 1.1 do Anexo I deste edital – Termo de Referência).

c) A comprovação dar-se-á através de atestados, certidões ou declarações expedidos pelos órgãos beneficiários dos serviços e assinados pelos respectivos representantes legais, constando os seguintes itens:

I - Identificação do órgão expedidor e do respectivo signatário;

II - Descrição dos serviços executados;

III - Indicação do período da prestação de serviços, não sendo aceitos;

d) A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar visitas ou consultas aos órgãos emissores das declarações, a fim de esclarecer dúvidas sobre as informações contidas nos atestados ou sobre questões relacionadas à prestação de serviços do proponente, ou simplesmente para confirmar a autenticidade dos documentos.

e) Em relação à experiência individual dos profissionais vinculados à proponente, será aceita a comprovação de serviços prestados na condição de servidor, empregado ou contratado do órgão declarante.

Exemplo de apresentação e contagem:

ÓRGÃO ATENDIDO	Vínculo	PERÍODO
PREFEITURA MUNICIPAL A	CONTRATO	DESDE 07/2020 (EM VIGOR)
PREFEITURA MUNICIPAL B	Cargo em Comissão (assessor Jurídico)	01/2009 a 12/2012
Prefeitura Municipal C	Socio da sociedade x	01/2008 A 01/2012

II – Qualificação da Equipe Técnica:

A composição mínima da equipe técnica designada para execução dos serviços de assessoria e/ou consultoria será de profissionais com formação superior em Direito.

a) A pontuação será apurada com base nos certificados de conclusão de cursos de especialização, nos níveis de pós-graduação, mestrado e doutorado, exclusivamente dos profissionais integrantes da equipe técnica a ser disponibilizada para atendimento da contratante, nos termos da cláusula 9.2, item “e”, deste edital.

b) Para efeito de pontuação será considerado apenas um certificado para cada profissional, correspondente ao curso de maior graduação apresentado, observada a seguinte escala:

I - Pós-graduação: 1 pontos; ou

II - Mestrado: 2 pontos; ou

III - Doutorado: 3 pontos.

c) A pontuação total deste quesito corresponderá ao somatório das notas atribuídas a todos os profissionais da equipe, limitada ao máximo de 03 pontos.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

III- Tempo de atividade contenciosa pelo profissional sócio, com inscrição mais antiga na OAB.

A pontuação será apurada a partir da data de efetivo início da atividade dos profissionais em advocacia, que deverá ser demonstrado através da de documento oficial, que comprove a data da inscrição na OAB, constante dos documentos apresentados pela licitante, atribuindo-se a seguinte pontuação:

_ Acima de 20 anos de atividade:	5 pontos;
_ Acima de 15 até 20 anos:	4 pontos
_ Acima de até 10 anos até 15 anos	3 pontos;
_ acima de 5 anos até 10 anos	2 pontos.
-até cinco anos	1 ponto



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Anexo IX Orçamento Estimado

VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL (12 MESES)
R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO X MINUTA DE CONTRATO Nº 0___/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA E A EMPRESA _____, PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE: São partes neste Contrato, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA – MG, entidade de direito público xxxxx, e aqui representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, xxxxxx, e como CONTRATADA, a Empresa _____, sociedade _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na _____, bairro _____ na cidade de _____, e aqui representada por seu diretor(es) _____.

1. DO OBJETO 1.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de Sociedade empresária especializada em serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica serviços técnicos profissionais especializados de assessoria jurídica, especialmente, para prestar assessoria jurídica em todas as áreas de atividade do Poder Público municipal, judicial e extrajudicialmente, sugerir e recomendar providências para resguardar os interesses e dar segurança aos atos e decisões da Administração; Acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para bem curar os interesses da Administração, Acompanhar processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado quando haja interesse da Administração municipal; Analisar os contratos firmados pelo município, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros e elaborar pareceres sempre que solicitado.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os profissionais da Contratada deverão ficar à disposição para atendimento remoto de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00h às 17:00h, bem como atendimento técnico in loco com três visitas semanais, na sede da Prefeitura, para sanar dúvidas e auxiliar os servidores do setor em suas atribuições.

2.2. Demais disposições constantes do projeto Básico do Anexo I do presente edital.

3 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 – A CONTRATADA deverá manter pelo menos um profissional capacitado em seu escritório ou disponível para atendimento telefônico, no horário de 8:00 as 17:00 horas, nos dias úteis. Tal profissional ficará assim disponível para atendimento de consultas do Prefeito e servidores.

3.2 - A CONTRATADA designará um profissional de seu quadro permanente para comparecer a sede da contratante, que deverá estar inscrito em seu quadro permanente desde a data de publicação do certame, três vezes por semana, a fim de realizar as atividades.

3.3 – A CONTRATANTE poderá, a critério do Prefeito, requisitar a presença de um profissional para visitas técnicas além da frequência indicada no item 3.2, para esclarecimento de questões excepcionais, para



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

participação em debates ou reuniões promovidas pelo Poder Executivo, ou outras atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados.

3.4 – As despesas do consultor relativas à visita técnica mensal (deslocamento, hospedagem e alimentação) serão custeadas pela própria CONTRATADA, estando já incluídas no valor da remuneração contratual.

3.5 – São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA: a) o perfeito cumprimento do serviço contratado, conforme as cláusulas deste contrato e o termo de referência que compôs a licitação que o originou; b) manter durante toda a execução do presente as condições de habilitação e qualificação apresentadas na contratação; c) o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que forem devidos a sua equipe de trabalho no desempenho do serviço relativo ao presente contrato, não os transferindo a contratante em hipótese alguma.

3.6 - São de exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE: a) proporcionar condições para a boa execução dos serviços, fornecendo à CONTRATADA os documentos e demais elementos necessários as suas atividades, bem como permitindo o livre acesso dos técnicos aos equipamentos, materiais e informações utilizados no serviço. b) designar um responsável para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato; c) advertir por escrito à CONTRATADA quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

4 – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de (.....), dividida em _____ parcelas de R\$..... (.....) a serem pagas até o dia 10 do mês subsequente a prestação de serviços.

4.2 – No caso de prorrogação deste contrato, o valor mensal dos serviços poderá ser reajustado após vigência contratual de cada período de 12 meses, mediante aplicação do índice de inflação apurado nos 12 meses anteriores pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas. Nesta hipótese, o reajuste será aplicado sobre o valor da parcela (mensalidade) atribuído no item 4.1, de forma que o valor global mantenha-se proporcional a duração do ajuste. O reajuste de que trata esta cláusula, quando cabível, será registrado no presente processo administrativo mediante termo de apostila, nos termos do art. 65, & 8º da Lei 8.666/93.

4.3 - Na hipótese de haver atraso quanto ao pagamento, o valor devido será atualizado pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data do adimplemento da obrigação e a da efetiva quitação.

4.4 – Todos os faturamentos necessários serão efetuados pela CONTRATADA através de notas fiscais de prestação de serviços.

5 – DA VIGÊNCIA O presente instrumento vigorará por 12(doze) meses, a contar de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, através de termos aditivos até o limite permitido pelo art. 57, II, da Lei 8.666/93.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.02.1.04.122.019.2.0006-339035 – Serviços de Consultoria



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

7 – TRANSFERÊNCIA E RESPONSABILIDADE A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento da contratante sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a CONTRATADA a única responsável pelo objeto contratado, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

8 – DA RESCISÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO

8.1 – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pela sua inexecução, total ou parcial, que ensejará rescisão do ajuste, mediante comunicação escrita a outra parte, com as consequências previstas em lei.

8.2 – Se a rescisão da avençada se der por quaisquer causas previstas nos incisos I a IX, do art. 78, da Lei nº. 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.3 – Aplicam-se ainda ao presente contrato os casos de rescisão administrativa previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, com as penalidades previstas no art. 80 da mesma Lei.

8.4 – O presente contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, ou prorrogado, sempre na forma de termos aditivos.

9 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento das obrigações no presente contrato ou a ocorrência de qualquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº. 8.666/93 será comunicado pela parte prejudicada à outra, por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, para que seja providenciada a regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

9.2 – A não regularização no prazo acima aludido ensejará, a critério da parte prejudicada, sem prejuízo de outras sanções, a rescisão do contrato.

9.3 – O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência do presente contrato, por parte da contratada, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa.

9.4 – Em caso de rescisão do contrato por causa imputada a CONTRATADA, se aplicada penalidade de multa, fica essa fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.5 – As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender as justificativas apresentadas pela contratada como relevantes.

10 – DO FORO Fica eleito para dirimir quaisquer pendências que possam advir da execução deste contrato, em atendimento ao § 2º. do art. 55 da Lei 8.666/93, o foro da comarca de Cataguases/MG.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1 – São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os pagamentos aos seus funcionários que venham a prestar os serviços ora contratados, ficando a contratante totalmente livre de qualquer responsabilidade em relação a terceiros.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

11.2 – É também de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário e comercial decorrente da execução desse contrato, de acordo com o art. 71 da Lei 8.666/93 não gerando direito a CONTRATADA, nem a qualquer de seus sócios ou empregados, de peticionar quaisquer benefícios oriundos de relação de emprego.

11.3 - Obriga-se a CONTRATADA ao disposto no art. 55, XIII, da Lei Federal 8.666/93. 11.4 – Nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE realizará a publicação resumida do presente instrumento de contrato. E por estarem, assim, combinados, ajustados e contratados, fizeram este instrumento em três vias de igual teor e forma, que, depois de lidas e achadas conformes pelas partes, vão assinadas, na presença de duas testemunhas.

Dona Euzébia - MG, _____ de _____ de 2020



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO XI

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CADASTRO PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO

Poderão participar desta licitação as empresas que exercerem o ramo de atividade adequada ao objeto desta licitação, e que estejam devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Dona Euzébia ou que o solicitem, apresentem a documentação exigida em perfeita ordem e obtenham a sua aprovação até o terceiro dia anterior ao da data prevista para o recebimento dos envelopes dos envelopes e deverão apresentar cópias autenticadas em cartório dos seguintes documentos:

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1. Cédula de identidade e CPF dos Sócios;
2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização p/ funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2 – REGULARIDADE FISCAL:

1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido há no máximo 15 (quinze) dias;
2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
2. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
3. Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Fazenda Federal;
4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
2. Atestado de Capacidade Técnica;

4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.

1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física não anterior à 60 (sessenta) dias.



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Prefeito Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO

Processo nº. PRC 039/2020

Tomada de Preços nº. 008/2020

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

Nome

Nome e assinatura da Licitante